

Saudação aos Ferroviários no momento da Reintegração da EMEF na CP

Hoje, 1 de Janeiro de 2020, a EMEF é reintegrada na CP. Um acontecimento histórico e simbólico, que deve ser saudado como tal, mas sem esconder o muito o que falta fazer para reverter o caminho de destruição da ferrovia nacional.

A EMEF foi criada em 1993, já então com a oposição dos ferroviários e do PCP, que bem denunciaram que a intenção por detrás da separação era a privatização. Combatemos a criação da SIEMEF (em «parceria» com a Siemens) que foi uma primeira experiência privatizadora. Combatemos e derrotámos a tentativa de privatizar a CP em 2009. Opusemo-nos à venda da maioria do capital da Unidade de Investigação e Desenvolvimento da EMEF a uma multinacional. Combatemos e derrotámos em 2015 o processo formal de privatização da EMEF. Denunciámos a tentativa em 2017 de partir a EMEF em três ACE (Acordo Complementar de Empresa), e arrasámos com a falsa argumentação da inevitabilidade desse processo.

Saudamos agora a reunificação da EMEF e da CP, apenas lamentando o tempo que o PS levou a atender às justas posições do PCP e dos ferroviários, e lamentando que noutras matérias o PS e o seu governo continuem submetidos às orientações daqueles que querem apropriar-se do sector ferroviário nacional.

Do muito que continua por fazer e reverter, sublinhamos a importância:

- **de reconstruir a capacidade de trabalho da EMEF,** através da contratação de trabalhadores efectivos, acabando com as promessas repetidas e nunca concretizadas, e acabando com o crescente recurso a prestadores de serviço;

- **de reverter a fusão da REFER com as Estradas de Portugal,** e reunificar a REFER e a CP, acabando com a subserviência aos ditames da Alemanha, que tal qual um frei Tomás, manda fazer cá o que ela lá não faz;

- de concretizar a Resolução nº 1443/XIII/3, proposta pelo PCP e aprovada na Assembleia da República em Junho de 2018, que apontava para a necessidade de **um Plano Nacional para o Material Circulante,**

pensado a 15 anos e garantindo uma crescente participação nacional na produção;

- **de melhorar as condições laborais e remuneratórias na CP e na EMEF,** contribuindo para a necessária criação de emprego de qualidade em Portugal, para a fidelização de trabalhadores especializados e para a melhoria da vida daqueles que fazem viver a ferrovia: os ferroviários;

- **de reintegrar na CP o transporte ferroviário de mercadorias,** oferecido a uma multinacional Suíça, e a SIEMEF;

- **de reintegrar na CP a exploração comercial da ligação suburbana sobre a Ponte 25 de Abril,** apesar do Governo ter em Dezembro oferecido à Fertagus uma nova extensão da concessão e um gigantesco perdão das dívidas acumuladas perante a IP

- **de definir um quadro de apoios justo à CP,** acabando com o seu subfinanciamento crónico através de um Contrato de Serviço Público justo, publico e auditável, coisa que está longe de acontecer no contrato recentemente assinado com pompa e circunstância mas escondendo o seu verdadeiro conteúdo.

- **de travar o processo de liberalização em curso,** que com a cobertura da interoperabilidade e das costumeiras imposições da UE, se prepara para entregar em 4 anos às multinacionais a exploração comercial do Longo Curso e da Ferrovia Urbana, amputando a CP daquilo que é lucrativo e que as multinacionais desejam.

Alguns dirão que estão de acordo conosco mas que estes objectivos são demasiados ambiciosos. O mesmo que nos diziam até Junho de 2019 quando falávamos da necessidade de reintegrar a EMEF na CP ou de recuperar capacidade produtiva nacional (o que o próprio Presidente da CP já reconhece ser um caminho necessário e possível).

Por um Sector Ferroviário Uno, Público e Nacional, a luta continua! Podem continuar a contar com o PCP, nós continuamos a contar com a luta dos ferroviários.